

OUTRA GLOBALIZAÇÃO

## **Fóruns aprofundarão críticas aos EUA e ao neoliberalismo**

Lançados em setembro, tanto o 3º Fórum Social Mundial quanto o 2º Fórum Mundial de Educação serão marcados pelo aprofundamento da busca de alternativas. O neoliberalismo, já rechaçado no Fórum Social Temático da Argentina, e a política militarista dos Estados Unidos serão os dois grandes temas a serem discutidos. O Fórum Mundial de Educação vai fazer a ponte entre a Educação e a Transformação, identificando os problemas e apontando vias de superação para uma educação abrangente e de qualidade.

Páginas 6 e 7

Cristina Lima



## As cartas estão lançadas

Entre o momento em que está sendo escrito este editorial e a veiculação do *Jornal Adverso* acontecem as eleições gerais em nosso País. Não é qualquer eleição, mas a escolha de quem vai governar o Brasil – país estratégico para as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos na América Latina – em um momento particularmente crítico da conjuntura mundial. Entre os seis candidatos que participam da disputa, apenas quatro têm chances reais de chegar ao segundo turno, embora a maior possibilidade é termos um governo de esquerda eleito ainda no primeiro turno. Por mais fantasmas que tenham se criado em torno da figura de Luís Inácio Lula da Silva, com o passar do tempo, ficou provado que ele já não assusta.

Quem realmente tem razões para temer a vitória de Lula são os agiotas do sistema financeiro nacional e internacional, donos de bancos e agências de financiamento. A vitória do candidato do PT representa um obstáculo à manutenção dos privilégios que as políticas neoliberais garantem a estes setores. Seja quem for, o próximo presidente vai enfrentar a renegociação da dívida e seu alongamento, para diminuir a

pressão inflacionária. E o controle da inflação se dá com o desaquecimento da economia e o arrocho no crédito, que levam ao desemprego e à escassez de dinheiro. Isto acontece porque o governo, ao lançar novos papéis para cobrir dívidas que estão vencendo, o faz com juros mais altos e prazos de vencimentos mais curtos. É às vésperas do vencimento destas dívidas, indexadas no dólar, que os ocorrem ataques especulativos. Se alguém tem dúvida, que explique como se compra o dólar mais barato nos cambistas.

O grande desafio de quem estará assumindo formalmente o poder no dia 6 de janeiro, e informalmente ao encerrar as eleições, é o de projetar para 2004 o destino do País e rezar para que, em 2003, tudo dê certo. Lula terá que deixar claro que não comanda os sindicatos e o MST, como alguns possam pensar.

Este é um dos grandes enigmas que envolvem o próximo governo. Diz respeito tanto aos agiotas estrangeiros, como Soros – que alguns chamam de investidores – como para os trabalhadores brasileiros, principalmente os servidores públicos: continuará a onda de arrocho salarial, perda dos direitos trabalhistas e desemprego?

## Novo tipo de meningite ameaça a África

O diretor-geral do Instituto Pasteur de Paris, Philippe Kourilsky, e o presidente da Associação em prol da Ajuda à Medicina Preventiva (AMP), Philippe Stoeckel, alertaram para a gravidade da evolução de ameaça epidemiológica nas regiões semidesérticas da África, nos países situados ao sul do deserto do Saara. Da Etiópia ao Senegal, essas regiões constituem uma zona denominada “cinturão da meningite”. Essa preocupação tem por motivo a descoberta, por uma equipe do Instituto Pasteur e da AMP, da rápida progressão nessa zona de uma nova variedade de um meningococo que vem causando uma série de epidemias de meningite. Já eram conhecidas até então quatro variedades (ou sorogrupos) deste agente patogênico, designadas pelas letras A, B, C e Y, que representavam cerca de 99% dos casos de infecções em humanos. O sorogrupo A, até o ano 2000, era conhecido por se espalhar de maneira epidêmica e recorrente na região situada ao sul do Saara. As epidemias ocorrem sobretudo durante a estação da seca, na qual predominam tempestades de vento de areia. Em 2002, já ocorreram 25 mil casos de meningite, dos quais mais de 2.500 eram mortais.

## Declina a reputação de Alan Greenspan

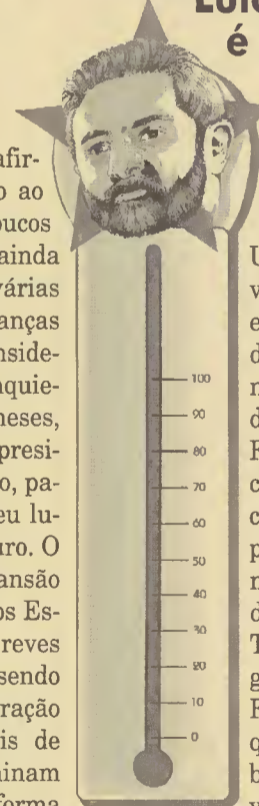
Alan Beattie, do *Financial Times*, afirma: “do destemido chefe-executivo ao jovem bilionário da Internet, são poucos os emblemas da década de 90 que ainda permanecem de pé. Na verdade, várias das promessas vazias e as esperanças frustradas do período hoje são consideradas as causadoras das atuais inquietações econômicas”. Até poucos meses, diz Beattie, Alan Greenspan, o presidente do Banco Central Americano, parecia imune a essas censuras, e seu lugar na história era dado como seguro. O “maestro” da mais duradoura expansão do período pós-guerra e que tirou os Estados Unidos de uma das mais breves recessões da história recente, está sendo questionado como nunca. A recuperação da economia americana dá sinais de desgaste e os investidores reexaminam seus portfólios devastados, de forma que o próprio mandato de Greenspan está sendo questionado. Segundo o articulista, esta reavaliação agora questiona não apenas a fé inabalável dos investidores no “culto a Greenspan” como tam-

bém a efetividade de seu acompanhamento da economia americana mês após mês.

## Brasileiro descontente com neoliberalismo

Raymond Colitt, do *Financial Times*, afirma que a perspectiva de uma vitória do PT nas eleições reflete o descontentamento do povo brasileiro com uma década de reformas de mercado. O texto afirma que Lula hoje é favorecido “pela desilusão com o crescimento do desemprego, da desigualdade e da criminalidade” resultantes dos ajustes neoliberais no Brasil. Ainda segundo a matéria, embora os mercados financeiros tenham registrado baixas recordes nos últimos dias, e a maior parte do empresariado apóie Serra, “uma parcela da elite brasileira já começa a aceitar a idéia de um governo petista”. O clima estaria amplamente favorável a uma vitória de Lula, mesmo em setores antipetistas como a Federação Nacional dos Bancos (Febraban). “Recentemente, executivos interromperam com aplausos um discurso do candidato. Até mesmo as Organizações Globo, um gigante da mídia local e dura crítica do partido, já parece aceitar o nome do ex-líder sindical”, analisa Colitt.

## “Lulômetro é ridículo”



Kenneth Maxwell, diretor para o programa da América Latina do Conselho de Relações Externas dos Estados Unidos, critica como os investidores de Wall Street e o FMI têm tratado o candidato líder nas pesquisas no Brasil, Lula. O artigo de Maxwell, publicado no *Financial Times*, inicia considerando como “ridículo” o “lulômetro” criado por Goldman Sachs para medir os efeitos do avanço de Lula sobre os mercados. Também afirma que alguém deveria “avisar” ao FMI e aos investidores de que a guerra fria já acabou. Segundo ele, todos deveriam torcer por uma vitória logo no primeiro turno, para não estender as turbulências na economia até o dia 27. A vulnerabilidade do país, nas palavras de Maxwell, foi criada sob as asas do próprio FMI.

Francis Bordas - Assessor Jurídico da Adufrgs

# Retomado o julgamento da URP 89 no TST

O processo movido pela Ufrgs contra a Andes em que é pedido o corte do pagamento da URP/89 (26,05%) do contra-cheque dos antigos celetistas teve mais um andamento importante no último dia 1º de outubro.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) havia acolhido, na semana anterior, o recurso (agravo regimental) movido pelo sindicato e alguns docentes contra a decisão do juiz relator que, individualmente, reformou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que rejeitara a ação rescisória movida pela Ufrgs (julgamento ocorrido em novembro de 2000).

Com aquela decisão, o recurso movido pela Ufrgs foi apreciado pela totalidade dos Ministros que compõe a II Subseção de Dissídios Individuais do TST. No dia do julgamento, foi feita defesa oral pelos advogados das partes, tanto a AGU como o advogado do Sindicato Roberto Caldas, e o advogado Vitor Russomano Júnior, representando um grupo de docentes.

Após as sustentações orais, foram levantados pelo Ministro Presidente da sessão alguns questionamentos envolvendo a notícia de falecimento de vários professores no curso do processo. Em função deste fato, o próprio relator retirou o processo de pau-

ta (o que implica no adiamento do julgamento) e ficou ajustado que ele próprio despachará no sentido de abrir oportunidade para que as sucessões destes professores falecidos se habilitem no processo.

Não está agendada a data para prosseguimento do julgamento e, tampouco, foi fixado qual o prazo que será aberto para que sejam regularizadas as representações dos falecidos.

Até que o julgamento seja ultimado, o pagamento da URP em folha será mantido, sobretudo, diante da ausência de qualquer pronunciamento judicial que autorize a Ufrgs a suspê-lo.

# Servidores das Federais fazem paralisação de alerta

Técnico-administrativos das universidades federais podem deflagrar uma nova greve caso o governo não cumpra o acordo de encaminhar o projeto de Cargo Único, uma das condições colocada pelos funcionários para voltarem ao trabalho após mais de três meses de paralisação no segundo semestre do ano passado. Depois de quase um ano do fim da greve, o governo alegou não ter tempo para realizar os estudos dos impactos financeiros para implantação do Cargo Único, deixando a tarefa para o próximo Presidente da República.

A decisão do governo levou os técnico-administrativos a paralisar as atividades por três dias consecutivos – 24, 25 e 26 de setembro – em todo o Brasil, como forma de alerta. A atividade foi aprovada em plenária nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). O projeto do Cargo Único estabelece um plano de carreira para os

servidores técnico-administrativos das instituições de ensino superior e sua implantação foi acertada entre o Comando de Greve e o governo federal.

No Rio Grande do Sul, a paralisação, embora parcial, aconteceu na Ufrgs, na Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). No dia 25, os servidores realizaram uma passeata entre a reitoria da Ufrgs e o Largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, da qual participaram mais de 300 pessoas. No dia 26, um almoço no Restaurante Universitário reuniu novamente os servidores, que à tarde seguiram para o Salão de Atos da Reitoria para um assembléia de avaliação do movimento. As conclusões serão levadas à Plenária Nacional da Federação das Associações de Servidores das Universidades Federais Brasileiras (Fasubra), em Brasília.

# MP regulamenta participação de capital estrangeiro na mídia

O Governo editou no dia 1º de outubro e, publicou no Diário Oficial da União do dia 2, a Medida Provisória nº 70, dispondo sobre a participação de capital estrangeiro na mídia. A MP disciplina a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata o § 4º do artigo 222 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 36/2002.

Conforme a norma, a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e

de radiodifusão não poderá exceder a 30% do capital total e do capital votante das empresas, devendo ser feita de modo indireto, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e com sede em nosso país.

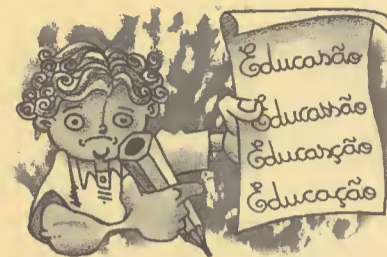
O representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) no Conselho de Comunicação Social, Daniel Herz, destaca o absurdo procedimento de encaminhar esta regulamentação através de MP. "É absolutamente injustificável que isto ocorra, tratando-se de uma verdadeira afronta ao Congresso Nacional, que aprovou a Emen-

da Constitucional nº 36 e, também, à representação da sociedade civil constituída junto ao Congresso, através do Conselho de Comunicação Social. So-negar ao Congresso e à sociedade a apresentação da proposta de regulamentação feita pelo governo Fernando Henrique Cardoso corresponde ao pior uso que se poderia fazer de uma Medida Provisória e expressa uma atitude autoritária e antidemocrática", salientou Herz.

Fonte: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

## EDUCAÇÃO

# Números ficam abaixo da média



Matéria publicada na revista Adusp, da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, faz uma radiografia da educação no Brasil, a partir de diversos indicadores sobre frequência escolar. De acordo com a Unicef, apenas 57,6% das crianças entre quatro e seis anos estão matriculadas na pré-escola. Ainda que não seja obrigatória está comprovado que a educação infantil proporciona melhor rendimento nos primeiros anos do ensino fundamental, diminuindo índices de repetência e evasão.

"Quando comparados aos dos países vizinhos, nossos números envergonham", salienta a jornalista Bianca Antunes. E não é para menos: só 32% dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Segundo a Unesco, esse índice é de 50% na Colômbia – país que enfrenta uma guerra civil – e de 55% no Chile, chegando a 80% na Europa. Nas instituições superiores, estão matriculados somente 11% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos. Na Argentina, esse índice é de 42%, no Chile de 31% e na Bolívia de 24%.

Já no ensino fundamental, priorizado pelo governo brasileiro brasileiro nos últimos anos, a frequência é bem mais expressiva. Conforme o IBGE, 95,7% das crianças entre sete e 15 anos estão matriculadas. O problema é a qualidade do ensino proporcionado. De acordo com a matéria, "exames feitos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1999, mostraram que apenas 10% dos alunos de 4ª série aprenderam matemática satisfatoriamente e, na rede pública, somente 42% aprenderam razoavelmente conteúdos de português".

## REUNIÃO MUNDIAL

# Vitória do neoliberalismo iniciou na cultura, diz Sader

**Reunião Pública Mundial da Cultura debateu o futuro da cultura no mundo globalizado pelo capital. Tema ganha espaço maior no Fórum Social Mundial.**

**P**orto Alegre foi sede nos dias 16 e 17 de setembro da primeira Reunião Pública Mundial de Cultura, uma promoção da secretaria municipal da Cultura. O evento, realizado no Centro Cultural Usina do Gasômetro, teve como tema central a gestão da cultura em níveis local e global. A reunião serviu como preparação da "Agenda da Cultura", prevista para ocorrer em janeiro de 2003, durante o III Fórum das Autoridades Locais pela Inclusão Social. O tema da cultura também terá um destaque maior na terceira edição do Fórum Social Mundial, que será realizada de 23 a 28 de janeiro de 2003 na capital gaúcha. Os organizadores do FSM reconheceram que, nas duas primeiras edições do Fórum, a cultura teve um papel secundário. A julgar pelos debates ocorridos na Reunião Pública Mundial, cresceu a consciência de que a questão cultural é fundamental na discussão sobre a construção de um contrapoder hegemônico à atual ordem mundial.

Na conferência de abertura da Reunião Pública Mundial de Cultura, o sociólogo Emir Sader tratou das relações entre a cultura global e as culturas locais. Para Sader, a hegemonia global do pensamento neoliberal consolidou-se principalmente a partir de vitórias na esfera cultural. A implantação em escala global do famoso american way of life construiu, segundo ele, os alicerces para a globalização econômica. "Nossas primeiras derrotas para o neoliberalismo começaram no campo cultural", disse Sader. A grande vitória dos Estados Unidos teria sido, assim, o êxito em exportar uma concepção, uma ambição de vida.

## Somos todos norte-americanos?

Quando o jornal francês Le Monde afirmou que somos todos norte-americanos, na época dos ataques ao World Trade Center, ficou evidente, acrescentou Emir, que os atentados de 11 de setembro em Nova York foram uma afronta à visão norte-americana, já exportada para praticamente todo o planeta.

A análise de Emir Sader fornece uma chave metodológica para se pensar a relação da cultura com a política e a economia. Essas esferas estão cada vez mais imbricadas e interdependentes. Qualquer discussão sobre políticas culturais deveria, deste modo, levar em conta os elementos da conjuntura política e econômica global. E para se entender a conjuntura atual, propôs o sociólogo, é indispensável compreender o papel que os Estados Unidos desempenham hoje no mundo. Na avaliação dele, é preciso decifrar o que realmente significa os Estados Unidos para o mundo, caso contrário, sua cultura e economia predatórias continuarão a se alastrar.



**Mundial:** reunião foi preparatória à Agenda da Cultura, que acontece no FSM

## O risco de não ter cultura própria

Para Emir Sader, as políticas externas da maior superpotência global têm se tornado cada vez mais agressivas e menos tolerantes a outras visões. "Os norte-americanos passaram a ter uma visão discriminatória do que significa convivência internacional. Para eles, o mundo é dividido em Bush ou Bin Laden", criticou.

O fato de os Estados Unidos ocuparem uma posição geopolítica amplamente hegemônica no mundo atual é um desafio gigantesco para todos aqueles que buscam resistir à implantação de uma única cultura global de massas. Atualmente, não há alternativas eficazes a es-

te modelo, admitiu Emir. "É preciso construir uma sociedade capaz de superar essa ordem vigente. Esse é o nosso grande objetivo como homens de cultura", defendeu. O sociólogo acredita que o próximo Fórum Social Mundial será fundamental para a construção de diálogos que levem a erigir uma sociedade onde todos tenham acesso à cultura. Uma cultura limpa de ideologias de mercado e feita em cada país. "Quem não tem cultura é vítima da dos outros", advertiu.

## Avaliações

O evento foi dirigido a autoridades locais, gestores da área pública da cultura, Ongs, fundações e associações culturais,

bem como representações da comunidade acadêmica, científica e artística. Participaram do encontro, entre outros, o sociólogo Emir Sader, a coordenadora do escritório da Unesco no Rio de Janeiro, Marta Porto, o secretário de Cultura de Barcelona, Jordi Martí, o secretário de Cultura de São Paulo, Marco Aurélio Garcia, o representante da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, João Llavería, da Universidade de Bellas Artes de Valência (Espanha), e o secretário da Cultura de Bogotá, Jesus Humberto Lizarazo.

Para Jorge Werthein, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Reunião Pública Mundial de Cultura refletiu um tratamento da cultura integrado às demais políticas sociais, mérito compatível com a abordagem da cultura preconizada pela Unesco. Segundo a secretária municipal da Cultura, Margarete Moraes, a reunião serviu, entre outras coisas, para estabelecer um diálogo construtivo entre os governos e as entidades artísticas. Para ela, o evento procurou mostrar a responsabilidade dos governos com o desenvolvimento de políticas culturais em um mundo cada vez mais globalizado e dilacerado.

Também participaram da reunião representantes das prefeituras de Barcelona, Valência e Saint Denis, da Europa; Chiapas, Bogotá, Buenos Aires e Montevideo, da América Latina; São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói, Vitória, Belo Horizonte, Recife e Belém do Pará, no Brasil.

## Culturas locais x Cultura global: Davi contra Goliás

O professor Tariq Ali costuma dizer que a globalização começou com a conquista das Américas. Foi nesse momento que surgiu o processo de integração mundial. A "globalização americana" teve como uma de suas consequências diretas a destruição das culturas locais dos povos indígenas que foram, ou destruídos, ou aculturados pelos descobridores. De lá para cá, essa história repetiu-se muitas vezes e continua se repetindo.

Na conferência de abertura da Reunião Pública Mundial de Cultura, Emir Sader disse que não é possível discutir cultura sem entender a natureza e o modo de funcionamento da política expansionista dos Estados Unidos. A noção de cultura de massa que surgiu nos Estados Unidos fortaleceu sua ambição nas últimas décadas e se apresenta hoje como um novo universalismo. O que é bom pa-

ra os Estados Unidos é bom para o mundo. Essa é a máxima dessa cultura. E a recíproca nem sempre é verdadeira.

A cultura passou a fazer parte de uma nova nomenclatura estatística mundial. Ela faz parte hoje da agenda de debates do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, incluída na categoria de serviços, junto com management, turismo etc. O objetivo dessa classificação é justificar e legitimar o enquadramento da cultura como parte do comércio. Após o processo de desregulamentação da comunicação, levado a cabo nas últimas décadas, agora chegou a vez da cultura.

Os especialistas dessas organizações internacionais definiram a cultura a partir de indicadores sócio-culturais ou econômicos, a partir de um conceito de desenvolvimento que traduziria o progres-

so, ou a melhoria, do produto per capita. A partir daí, a cultura finalmente foi subdividida em indicadores quantitativos: quantidade de salas de cinema por cada 100 habitantes, quantidade de jornais, quantidade de televisões, rádios etc. Uma vez quantificada, fica mais fácil transformar a cultura em mercadoria e, nós, em consumidores.

Esse processo talvez já tenha sido consumado e seja de difícil reversão. Um dado citado na Reunião Pública Mundial dá a exata dimensão da força dessa hegemonia: atualmente, cerca de 80% das imagens que circulam pelo mundo são geradas a partir de uma única cidade: Los Angeles, sede de Hollywood. Quando Emir Sader, Tariq Ali e outros falam da necessidade de se construir contra-hegemonias estão falando de lutar contra esse "pequeno" poder.

## PLEBISCITO

# Dez milhões de brasileiros dizem não à Alca

**O**s brasileiros foram massivamente às urnas dizer não à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e à utilização, pelos Estados Unidos, da Base Militar de Alcântara, no Maranhão (leia matéria abaixo). A organização do Plebiscito, ocorrido de 1º a 7 de setembro, contabilizou 98,5% dos dez milhões de eleitores manifestando-se contra a entrada do Brasil na Alca. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se manifestou oficialmente considerando o resultado uma demonstração de “amor à pátria” brasileira. A CNBB foi uma das 60 entidades civis que organizaram o plebiscito, cujo total de votantes chegou a 10,15 milhões, em 3.894 cidades de todo o país. Os gaúchos contribuíram com 600 mil votos.

A divulgação do resultado aconteceu dia 17 de setembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com um ato contra a Alca. A imprensa foi o grande alvo das críticas. Para os organizadores do plebiscito, os jornais brasileiros se posicionam irresponsavelmente a favor do acordo que beneficiará os

Estados Unidos e prestam um desserviço à população brasileira ao não esclarecerem a questão corretamente nem abrirem um debate mais franco sobre o que os brasileiros perderiam com a assinatura do acordo. Dia 19 de setembro, o resultado do Plebiscito foi entregue à embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, para ser comunicado oficialmente ao governo dos Estados Unidos.

A Alca já foi repudiada durante a realização do Fórum Social Temático da Argentina, de 22 a 25 de agosto. Cerca de oito mil pessoas demonstraram os efeitos do neoliberalismo no continente alertando para o fato de que a Alca é o aprofundamento da dominação estadunidense no continente. A saída contra a Alca, na opinião de trabalhadores e estudantes presentes no evento, é a construção de uma unidade continental, que pode ser iniciada com a eleição de candidatos apoiados pelos movimentos sociais nos países sul-americanos. O plebiscito da Alca será realizado em outros dez países da América Latina até abril do próximo ano.

## EDGAR MORIN

## “Compreensão da complexidade é condição para a tolerância”

Cristina Lima



**Morin:** “tolerância é uma questão de cultura democrática e de necessidade de se ter opiniões contrárias”

Para o sociólogo francês Edgar Morin, que participou dia 16 de setembro do seminário Cultura, Poder e Complexidade, na PUC, “a compreensão da complexidade humana é condição para a tolerância entre os povos”. Num mundo cada vez mais intolerante, é preciso apreender com as diferentes formas de tolerância que a história registra. Uma delas é a máxima de Voltaire. O filósofo francês afirmava que defendia até a morte o direito de um opositor dizer o que pensava, mesmo que não concordasse com a opinião dele. Uma segunda forma é o esforço em se construir uma democracia que não seja simplesmente a expressão da vontade da maioria, “mas uma dialética que possibilite um conflito de idéias”. A terceira forma de tolerância listada pelo sociólogo é epistemológica, inspirada na idéia do filósofo Blaise Pascal de que “o contrário de uma verdade não é um erro, mas outra verdade”.

Morin disse que, para se entender a tolerância, é necessário circular por esses três níveis e tirar conclusões como a de que as verdades são equivocadas porque são, sempre, pedaços da verdade. Para aprender a tolerar, é preciso, portanto, um conhecimento global, o que Morin chama de pensamento complexo, do latim “tecido junto” ou “feito junto”. O olhar parcial, se levado às últimas consequências, pode virar intolerância.

Chegar à tolerância é “uma questão de cultura democrática e de necessidade de se ter opiniões contrárias”. Morin também lembrou a forma democrática como o partido nazista chegou ao poder, em 1933, na Alemanha. “Aconteceu de modo legal e destruiu a democracia”, falou, para ilustrar a necessidade de se construir uma cultura de conflito de idéias. Esse é um dos paradoxos do mundo atual, em que há diversos instrumentos de comunicação, mas falta a compreensão. “A palavra compreender significa apreender junto, tomar junto, fazer um abraço, religar o conhecimento sobre um tema. Conhecimento complexo”, explicou.

Aproveitou que uma menina chorava na platéia para exemplificar o que entende por compreensão. Para ele, não bastaria que se coletassem as lágrimas do bebê e, numa análise, verificar sua composição física e química. “É preciso mais, temos que compreender a dor. Este modo de relação é que permite a compreensão”, defendeu.

A razão, sozinha, não é suficiente para compreender. No começo da modernidade, a separação entre a ética e a ciência foram importantes para dar uma independência à ciência que só beneficiou à humanidade. Hoje, é preciso religar a ciência à ética, depois de todos os avanços que ela conseguiu, mas que não são ainda suficientes para promover a compreensão e a tolerância. Longe da ética, a ciência explicou mas não compreendeu. O outro lado do problema é que a paixão, sem razão, também pode impedir de se ver a verdade. A intolerância, assim, pode vir de outro flanco. A falta de utilização da racionalidade pode gerar violência. “Há uma incompreensão cada vez maior no mundo, mas não só nas guerras. Também nas famílias, nos escritórios e até nas universidades”, afirmou. No final, Morin também identificou no neoliberalismo os traços da incompreensão, ao fomentar o individualismo e a obstrução da diversidade.

### Veja por que o acordo de Alcântara fere a soberania nacional

**Manifesto contra a utilização da Base de Alcântara pelo governo dos Estados Unidos foi lançado pela Campanha Jubileu Sul Brasil. O documento mostra que o acordo fere a soberania nacional e, por isso, entrou no Plebiscito da Alca.**

O mais antigo e legítimo princípio do exercício da soberania dos povos é a defesa da integridade do seu território. Princípio que lhe garante ação soberana inquestionável para desenvolvê-lo de maneira sustentável e oferecê-lo às gerações futuras.

O governo Fernando Henrique Cardoso está ferindo este princípio, ao acatar as inaceitáveis condições impostas pelo governo dos Estados Unidos da América, para utilização da Base de Alcântara, no Maranhão.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, para utilização daquela base de lançamentos de foguetes, assinado entre os dois governos em abril de 2000, constitui-se numa peça que envergonha a diplomacia brasileira e um insulto à nossa soberania e inteligência.

É inaceitável para um país soberano, sob qualquer ponto de vista, admitir que dentro da área da Base de Alcântara, a circulação de pessoas e equipamentos seja privativa da autoridade do governo dos Estados Unidos.

A forma do acordo deixa dúvidas e suspeitas sobre as reais motivações geopolíticas e militares, do governo dos Estados Unidos ao exigir autonomia total em nosso território, justamente na entrada da Amazônia.

Além disso, o Acordo coloca em risco as comunidades de remanescentes de Quilombos que há mais de duzentos anos vivem na região. E sepulta, sorrateiramente, a possibilidade da Aeronáutica brasileira desenvolver um programa espacial autônomo e

soberano.

O Acordo depende agora de aprovação do Congresso Nacional.

Nós, cidadãos e cidadãs atentos (as) aos princípios e à defesa da soberania nacional e conscientes do exercício da soberania popular assegurada pela Constituição da República, nos manifestamos, exigindo:

1. Que o Congresso Nacional rejeite o malfadado acordo.
2. Que se busque uma solução justa e duradoura para que todos os brasileiros que vivem no município de Alcântara tenham seus direitos assegurados e possam trabalhar e melhorar suas condições de vida.
3. Que seja assegurado o direito de nosso povo à investigação, à pesquisa, ao acesso e desenvolvimento de novas tecnologias pacíficas de exploração espacial.

Estando sempre dispostos a lutar contra os que, atendendo a interesses de grupos nacionais e estrangeiros, buscam fragilizar o primado da nossa soberania sobre o território nacional. Lutaremos, sempre e incansavelmente, por um Brasil socialmente justo, soberano e democrático.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2002.



FME E FSM

# Fóruns trarão alternativas ao neoliberalismo e crítica aos EUA

**O processo de mundialização do debate em torno da criação de alternativas ao modelo neoliberal e a negação da política armamentista do governo Bush serão os dois grandes temas do 3º Fórum Social Mundial. Essa é a conclusão do lançamento da terceira edição do Fórum, na tarde do dia 23 de setembro na Casa de Cultura Mário Quintana. Dia 18, foi lançado, também, o Fórum Mundial da Educação que vinculará educação à transformação.**

Maricélia Pinheiro e Clarissa Pont

**R**epresentante da Secretaria Nacional do Fórum Social Mundial (FSM), o dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Gustavo Coudas definiu o evento como "um movimento dos movimentos do mundo". Segundo ele, além de sediar o FSM (o próximo acontecerá de 23 a 28 de janeiro de 2003), a capital gaúcha ajuda a gerar movimentos em várias partes do planeta, como o Fórum Social de Gênova e o Fórum Europeu, que acontecerá na Itália (Florença) em novembro deste ano. "Porto Alegre é um símbolo das alternativas ao neoliberalismo. Somos um fórum da sociedade civil, mas temos uma grande parceria com a Prefeitura e o governo do Estado", explicou.

Participaram do lançamento representantes do Fórum Social Temático Argentino e do Fórum Europeu. Os argentinos Beverly Keene e Isaac Rdnik fizeram um balanço do evento e indicaram a necessidade da luta anti-globalização neoliberal e da troca de experiências, já que o colapso da economia e das entidades de participação está presente em todas as culturas, assim como a luta por uma mudança. "O modelo neoliberal provocou o colapso das economias e das instituições democráticas onde foi aplicado", disse Beverly. Foram apresentados na tarde os principais eixos do movimento argentino. A luta contra a Alca, com a realização de um plebiscito como o brasileiro, é um deles. Também foi tratada a questão da dívida externa, com a organização de uma atividade semelhante ao Tribunal da Dívida, que ocorreu durante o último Fórum de Porto Alegre. O problema da militarização e da criminalização da pobreza e dos protestos sociais compõem o último ponto.

Nadia du Mond, do FSM europeu e militante da Marcha Mundial das Mulheres, falou da necessidade de juntar todas as diferenças da Europa num espaço de intercâmbio, como o Fórum europeu, no qual são esperadas entre 20 e 30 mil pessoas. Nadia lembrou que os problemas são comuns a diversas nações: "a União Européia promove políticas que unificam pelos critérios de Maastricht, que impõem mais privatizações dos serviços sociais para aliviar dívida pública, além da precarização das relações de trabalhos e implementação de políticas de exclusão". O Fórum Social Europeu será também uma grande manifestação contra a guerra dos Estados Unidos, "pois entendemos que a guerra não é uma resposta ao terrorismo. É um crime que a gente quer impedir", segundo Nadia. Por isso, dia 9 de novembro ocorre uma euromanifestação contra a guerra. "O Fórum Social Mundial de Porto Alegre é o nosso pai, a nossa mãe, nos deu animação e mostrou que um outro mundo é possível", observou.



III FSM: lançamento, com grande público, aconteceu na Casa de Cultura Mario Quintana, dia 23 de setembro



Social demonstra o interesse de Porto Alegre na radicalização da democracia, na busca pela paz e por um mundo sem guerras", disse.

Segundo o governador Olívio Dutra, a mundialização do Fórum tem contribuído para semear reflexões e encaminhamentos que têm de ser consolidados nesta terceira edição. "O que fazemos hoje não nasce espontaneamente. Outras gerações lutaram. Estamos vendo um país se assumir como xerife do mundo. Mas estamos vivendo e participando de uma outra visão", avaliou. Olívio encerrou afirmando que "um outro mundo é possível porque somos milhares a sonhar este sonho. Que-

remos a globalização da paz e da democracia, um mundo baseado na convivência pacífica, no desenvolvimento auto-sustentável e respeito ao meio ambiente".

De acordo com Verle, o FSM "continuará irradiando a força daqueles que estão com a razão e nas mãos dos quais está o futuro do nosso planeta". O prefeito de Porto Alegre destacou os eventos paralelos ao Fórum Social Mundial que também acontecem na capital gaúcha. "A realização de encontros como a Reunião Pública Mundial da Cultura e os fóruns mundiais da Educação e de Autoridades Locais pela Inclusão

remos a globalização da paz e da democracia, um mundo baseado na convivência pacífica, no desenvolvimento auto-sustentável e respeito ao meio ambiente".

Em 2001, o Fórum reuniu aproximadamente 20 mil pessoas, um número que em 2002 já era de 60 mil. Em 2003, a estimativa é de 100 mil pessoas, das mais diversas entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo. Com a ampliação do FSM, locais como o Gigantinho, o Cais do Porto e o auditório Araújo Vianna serão sedes importantes, além da PUC.

As discussões deste próximo Fórum também serão variadas e estão baseadas em cinco eixos temáticos: Desenvolvimento Democrático e Sustentável; Princípios e Valores, Direitos Humanos e Diversidade; Mídia, Cultura e Contra Hegemonia; Poder Político, Sociedade Civil e Democracia; e Ordem Mundial Democrática e Paz. Os eixos são elaborados pelo Conselho Internacional do FSM em função de temas prioritários discutidos em âmbito mundial pelos movimentos e organizações sociais. E segundo Charles Roberto Pranke, representante do Comitê Gaúcho do FSM, outra novidade é a organização de "Mesas de Diálogo e Controvérsia", que permitirão a participação de representantes de governos, órgãos da ONU e partidos políticos, estimulando debates para a construção de propostas e estratégias voltadas à sociedade civil mundial. Também compôs a mesa, Quintino Severo, da CUT-RS.

## Programação

**"Educação e Transformação:  
A Educação Pública na Construção  
de um Outro Mundo Possível"**

### 19 de janeiro

Domingo

13h - Início do credenciamento

20h - Abertura Oficial - Homenagem a Pierre Bourdieu

### 20 de janeiro

Segunda-feira

8h - Conferência I - A Cidade e a Educação

14h - Relatos Temáticos (Pôsteres)

### Programação Simultânea

1. Acampamento Intercontinental da Juventude
2. Encontro Internacional de Educação Infantil
3. "GATS e Educação: como Garantir os Sistemas Públicos de Ensino diante das Ameaças de Privatização?"
4. II Encontro da Escola Cidadã
5. Encontro Preparatório do Mova Brasil
6. Parcerias e Educação: Projeto Escola do Rádio e Projeto JOVemPAZ
7. Experiências da Rede SEPA na Região das Américas
8. A Educação em Zonas de Conflito
9. I Encontro Internacional de Docentes em Instituições de Ensino Superior
10. A Universidade Hoje diante dos Desafios Mundiais e da América Latina e a Formação dos Educadores
11. Educação Ambiental: o Desafio da Complexidade
12. Encontro Internacional de Cidades Educadoras
13. Educação Biocêntrica
14. Oficina de Voz para Professores
15. Cooperaviv
16. Financiando a Educação no Brasil: a Importância do Custo Aluno Qualidade
17. X Congresso Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - COBRECOS
18. Financiamento da Educação: Uma Visão Global
19. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
20. Encontro de Educação Ambiental - ações, propostas e experiências
21. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul
22. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
23. Movimento de Alfabetização e Integração Social de Gravataí
24. Oficina Filosofia da Libertação e Educação Popular
25. Procuradoria Geral da República
26. Retrato da Escola 2: As relações entre a escola, a vida e a qualidade de ensino e Situação dos Trabalhadores da Educação Básica
27. Terça Ecológica - Educação Ambiental
28. Instituto Municipal de Educación Ayuntamiento de Barcelona
29. Seminário Nacional de Avaliação Institucional

### 19h - Grupos Temáticos

- a. Educação Infantil
- b. Ensino Fundamental
- c. Ensino Médio
- d. Educação de Jovens e Adultos
- e. Educação Superior
- f. Políticas Públicas e Gestão da Educação
- g. Educação e Gênero, Etnia e Raça
- h. Educação Especial
- i. Educação e Tecnologia
- j. Educação Arte e Cultura
- k. Educação para a Paz
- l. Educação nos Movimentos Sociais e Sindicais
- m. Educação Popular
- n. Educação e Meio Ambiente
- o. Educação e Sexualidade
- p. Educação e Trabalho
- q. Educação e Comunicação
- r. Educação no Campo
- s. Educação e Saúde

# Educação e Transformação são temas centrais do FME

Fabricia Osanai



**Eliezer Pacheco:** "A significação maior do Fórum é a globalização do conhecimento e do saber"

Foi lançado no último dia 18, no Mercado Público, o Fórum Mundial de Educação 2003 (FME), que acontece entre 19 e 22 de janeiro em Porto Alegre. A próxima edição do FME terá como tema central "Educação e Transformação", que se desdobra em três conferências, nove debates temáticos, sete debates especiais e mais de 32 eventos em programação simultânea. A organização do FME 2003 espera um público de aproximadamente 20 mil pessoas. "A

significação maior do Fórum é a globalização do conhecimento e do saber", disse o coordenador do FME, Eliezer Pacheco.

Durante o FME, as realidades econômicas, políticas e sociais serão trazidas por mais de 100 conferencistas e debatedores convidados. Entre os 101 educadores já confirmados, representando 30 países, estão Ramon Moncada, da Colômbia, Marta Maffei, vice presidente da Internacional de Educação, Pablo Gentili, da Clacso, e Moacir Gadotti. Também já confirmaram presença Boaventura de Sousa Santos, Frei Betto e Leonardo Boff.

As trocas de experiências educativas entre os participantes acontecerão durante os Relatos e Grupos Temáticos, possibilitando uma relação direta entre autores e demais participantes. Já os projetos educacionais desenvolvidos por entidades e organizações não-governamentais, governo, universidades, entidades sindicais, movimentos sociais e conselhos serão apresentados nos debates da Programação Simultânea.

As inscrições para o FME já estão abertas e podem ser feitas pela internet, no sítio [www.forummundialdeeducacao.com.br](http://www.forummundialdeeducacao.com.br). Quem se inscrever em setembro e outubro paga R\$ 50, em novembro e dezembro R\$ 60 e em janeiro R\$ 80. Estudantes e educadores populares têm 50% de desconto. Estrangeiros pagam no ato do credenciamento. Os trabalhos podem ser inscritos até 10 de novembro, também através do sítio, exclusivamente na modalidade pôster.

Estiveram presentes na solenidade, além do coordenador do FME e secretário municipal de Educação, Eliezer Pacheco, o prefeito de Porto Alegre, João Verle, a secretária de Estado da Educação, Lúcia Camini, a presidente do Cpergs-Sindicato, Jussara Dutra Vieira, o presidente da Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, representantes do MST e da União Nacional dos Estudantes, entre outros.

Em seu discurso, o prefeito João Verle ressaltou a importância do evento na luta contra a mercantilização da educação. Lúcia Camini homenageou Paulo Freire, afirmando que o Fórum é a expressão do pensamento do educador. O representante das organizações não-governamentais, Francisco Milanez, da Fundação do Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável (Ecofund), lembrou que somente a educação e o trabalho solidário podem conduzir e auxiliar no aprofundamento das questões sociais.

### Dia 21 de janeiro

Terça-feira

8h - Conferência II - A Construção Social do Conhecimento

14h - Debates Temáticos

1. Escola Cidadã, Cidade Educadora
2. Educação Popular, Educação Formal
3. Gestão Democrática
4. A Educação e o Mundo do Trabalho
5. Os Movimentos Sociais, as ONGs e a Educação

19h - Debates Temáticos

6. O Papel da Universidade na Construção do Conhecimento
7. O Papel do Estado enquanto financiador da Educação
8. Educação para uma Nova Sociedade
9. A Educação Pública como Direito Social

### Dia 22 de janeiro

Quarta-feira

8h - Conferência III - Projeto Político e Projeto Pedagógico

14h - Programação Especial

- a. Alternativas Sociais à Comercialização da Educação
- b. Ética e Educação
- c. Colóquio Internacional: A Internacionalização das Reformas Educacionais
- d. Educação para a Paz
- e. Novas Perspectivas na Gestão Educacional
- f. Diversidade Cultural: Educação e Identidades
- g. Fórum Vivemos Juntos: Conhecer e Viver a Carta da Terra

19h - Carta do Fórum - Encerramento

Obs: A programação ainda pode sofrer alterações

## ESTADOS UNIDOS

**Livro do historiador estadunidense Howard Zinn lembra o final do século XIX, marcado pela ditadura econômica e social dos "barões ladrões". A importância da obra tornou-se ainda maior com os novos escândalos financeiros sacodem os EUA.**

# "Barões ladrões, há cem anos..."

LE MONDE  
diplomatiqueAD  
VERSO

Howard Zinn\*

Nos manuais de história norte-americanos, encontram-se poucos vestígios dos conflitos de clas-

ses do século XIX. Os períodos anterior e posterior à Guerra de Secessão (1860-1865) costumam ser abordados apenas sob o ponto de vista das questões políticas, eleitorais ou raciais. Mesmo quando tratam das relações sociais e econômicas, esses manuais concentram-se na função presidencial e perpetuam, dessa forma, o tradicional enfoque em nossos "heróicos dirigentes", em detrimento das lutas populares.

Alexis de Tocqueville declarou-se surpreso pela "igualdade quase completa de condições" entre os norte-americanos. Seu amigo Beaumont lembra que ele não era muito bom em cálculo. Na Filadélfia, contavam-se em média 55 famílias operárias por imóvel e, na maioria das vezes, havia uma família por cômodo, sem coleta de lixo, sem banheiro, sem ventilação e sem torneiras. A água corrente, bombeada do rio Schuylkill, destinava-se exclusivamente às residências dos ricos. Em Nova York, podiam-se ver miseráveis dormindo pela calçada. Nos casebres, não existia sistema algum para eliminar a água suja, que, depois de escorrer pelos quintais e vielas, inundava os porões onde moravam os mais pobres dos pobres. A cidade viveu uma epidemia de febre tifóide em 1837 e outra de tifo em 1842. Durante uma epidemia de cólera que atingiu a Filadélfia, em 1832, os ricos abandonaram a cidade, mas os pobres ficaram e morreram em grande número.

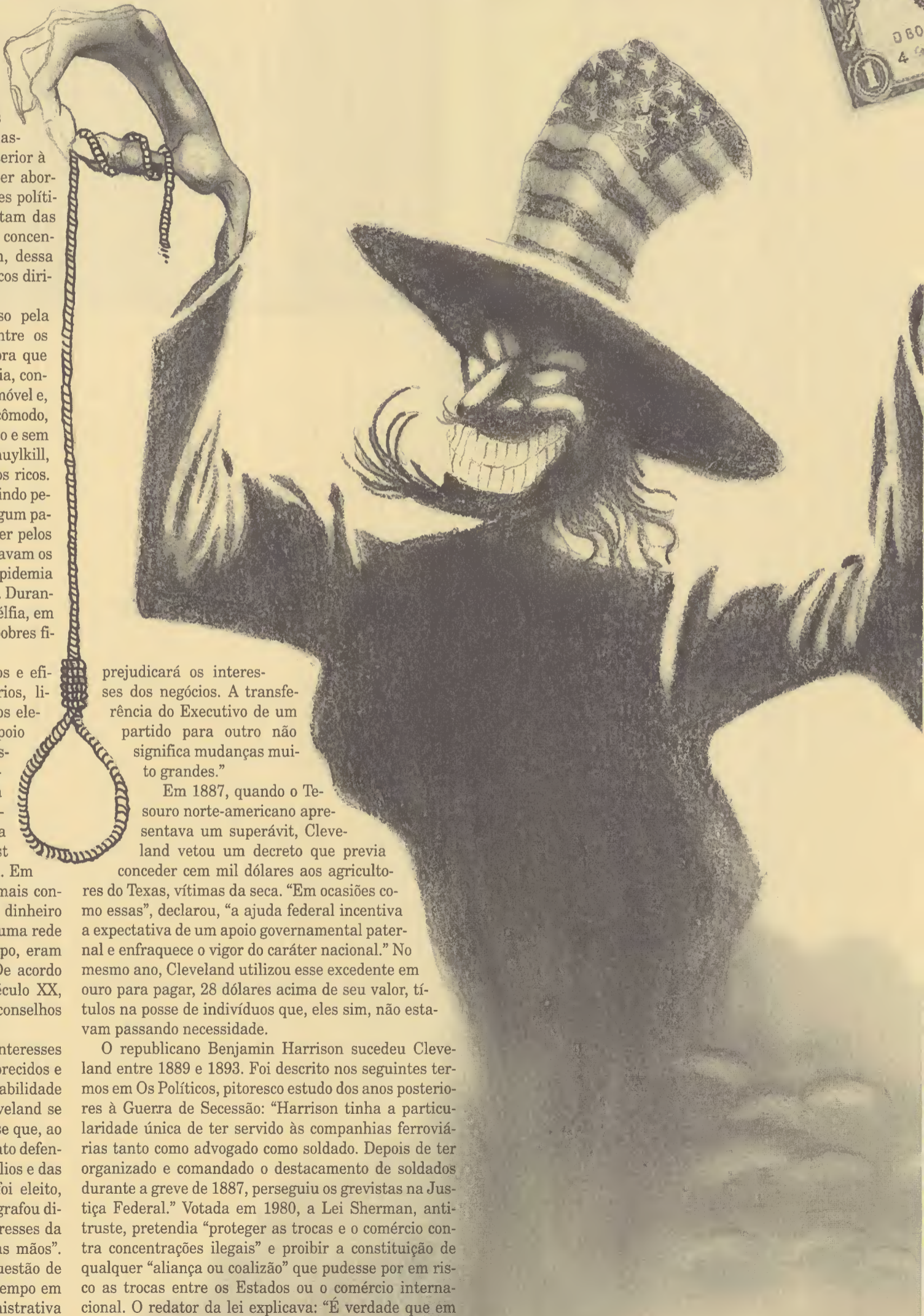
Em todos os setores industriais, astuciosos e eficientes homens de negócios erguiam impérios, livravam-se da concorrência, mantinham preços elevados e salários baixos, aproveitando-se do apoio financeiro dos poderes públicos. Esses industriais foram os primeiros beneficiários do chamado "Estado de bem-estar social". Na virada do século, a American Telephone and Telegraph detinha o monopólio da rede telefônica nacional, enquanto a International Harvest detinha 85% do mercado de material agrícola. Em todos os setores, os recursos eram cada vez mais concentrados e controlados. Os bancos tinham dinheiro aplicado em tantos trusts, que promoveram uma rede de grandes empresários que, ao mesmo tempo, eram membros da diretoria de outras empresas. De acordo com um relatório do Senado do início do século XX, Morgan, no auge de sua glória, pertencia a 48 conselhos de administração; e Rockefeller, a 37.

Teoricamente neutro, o Estado servia os interesses dos mais ricos, reprimia a revolta dos desfavorecidos e adotava políticas destinadas a garantir a estabilidade do sistema. Quando o democrata Grover Cleveland se candidatou à Presidência, em 1884, pensava-se que, ao contrário do Partido Republicano, cujo candidato defendia os ricos, ele se oporia ao poder dos monopólios e das grandes empresas. Mas quando Cleveland foi eleito, um dos grandes empresários da época lhe telegrafou dizendo que tinha "o sentimento de que os interesses da elite dos negócios estariam, com ele, em boas mãos". Não se enganava. O próprio Cleveland fez questão de tranquilizar os industriais: "Durante todo o tempo em que eu for presidente, nenhuma medida administrativa

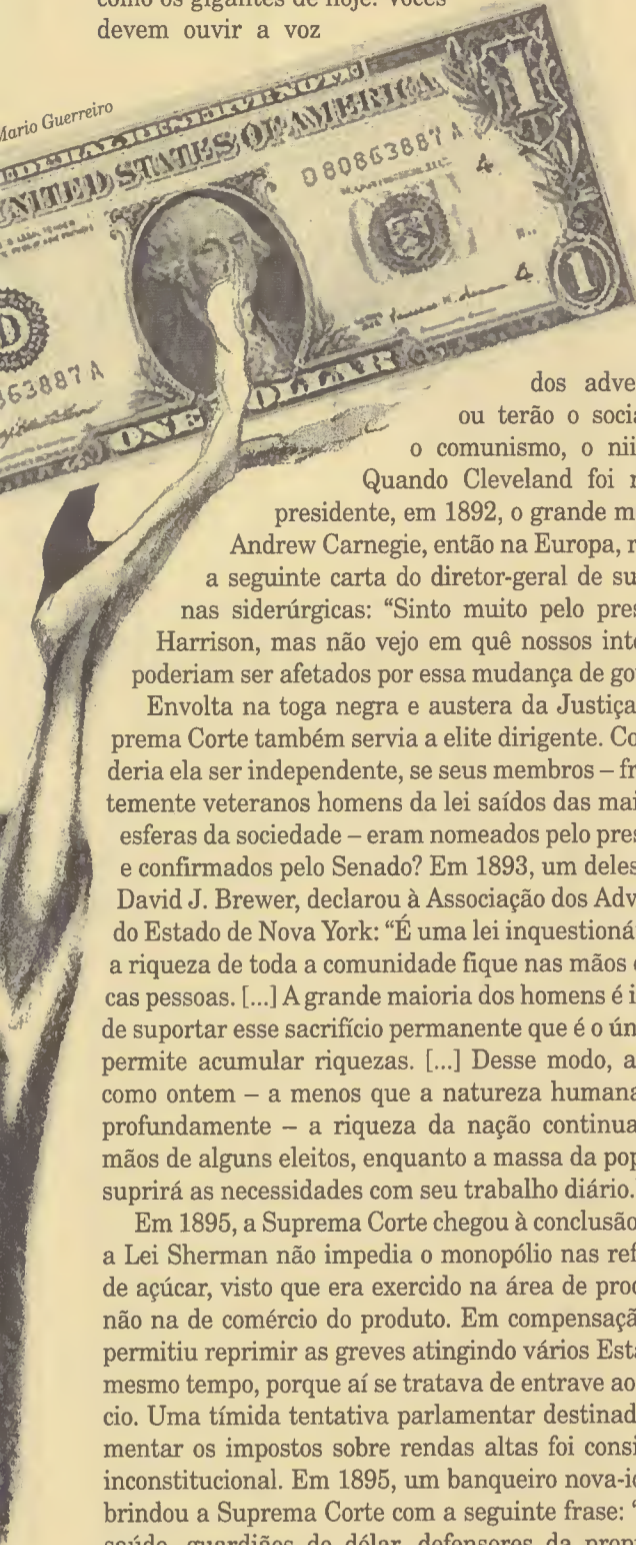
prejudicará os interesses dos negócios. A transferência do Executivo de um partido para outro não significa mudanças muito grandes."

Em 1887, quando o Tesouro norte-americano apresentava um superávit, Cleveland vetou um decreto que previa conceder cem mil dólares aos agricultores do Texas, vítimas da seca. "Em ocasiões como essas", declarou, "a ajuda federal incentiva a expectativa de um apoio governamental paternal e enfraquece o vigor do caráter nacional." No mesmo ano, Cleveland utilizou esse excedente em ouro para pagar, 28 dólares acima de seu valor, títulos na posse de indivíduos que, eles sim, não estavam passando necessidade.

O republicano Benjamin Harrison sucedeu Cleveland entre 1889 e 1893. Foi descrito nos seguintes termos em Os Políticos, pitoresco estudo dos anos posteriores à Guerra de Secessão: "Harrison tinha a particularidade única de ter servido às companhias ferroviárias tanto como advogado como soldado. Depois de ter organizado e comandado o destacamento de soldados durante a greve de 1887, perseguiu os grevistas na Justiça Federal." Votada em 1890, a Lei Sherman, anti-truste, pretendia "proteger as trocas e o comércio contra concentrações ilegais" e proibir a constituição de qualquer "aliança ou coalizão" que pudesse por em risco as trocas entre os Estados ou o comércio internacional. O redator da lei explicava: "É verdade que em



outros tempos também havia monopólios, mas nunca como os gigantes de hoje. Vocês devem ouvir a voz



dos adversários ou terão o socialismo, o comunismo, o niilismo.” Quando Cleveland foi reeleito presidente, em 1892, o grande magnata Andrew Carnegie, então na Europa, recebeu a seguinte carta do diretor-geral de suas usinas siderúrgicas: “Sinto muito pelo presidente Harrison, mas não vejo em quê nossos interesses poderiam ser afetados por essa mudança de governo.” Envolta na toga negra e austera da Justiça, a Suprema Corte também servia a elite dirigente. Como poderia ela ser independente, se seus membros – frequentemente veteranos homens da lei saídos das mais altas esferas da sociedade – eram nomeados pelo presidente e confirmados pelo Senado? Em 1893, um deles, o juiz David J. Brewer, declarou à Associação dos Advogados do Estado de Nova York: “É uma lei inquestionável que a riqueza de toda a comunidade fique nas mãos de poucas pessoas. [...] A grande maioria dos homens é incapaz de suportar esse sacrifício permanente que é o único que permite acumular riquezas. [...] Desse modo, amanhã como ontem – a menos que a natureza humana mude profundamente – a riqueza da nação continuará nas mãos de alguns eleitos, enquanto a massa da população suprirá as necessidades com seu trabalho diário.”

Em 1895, a Suprema Corte chegou à conclusão de que a Lei Sherman não impedia o monopólio nas refinarias de açúcar, visto que era exercido na área de produção e não na de comércio do produto. Em compensação, a lei permitiu reprimir as greves atingindo vários Estados ao mesmo tempo, porque aí se tratava de entrave ao comércio. Uma tímida tentativa parlamentar destinada a aumentar os impostos sobre rendas altas foi considerada inconstitucional. Em 1895, um banqueiro nova-iorquino brindou a Suprema Corte com a seguinte frase: “Eu vos saúdo, guardiães do dólar, defensores da propriedade privada, inimigos da espoliação, fiadores da República.”

Nos anos 1880-1890, imigrantes vindos da Europa chegavam em grande número. Entre eles, a concorrência econômica era feroz. “Importados” pelas companhias ferroviárias para executar os trabalhos mais ingratos em troca de um salário de fome, os imigrantes chineses representavam aproximadamente um décimo da população californiana em 1880. Sofreram violências constantes. O romancista Bret Harte redigiu o epítáfio de um chinês chamado Wan Lee: “Ele está morto, caríssimos amigos. Morto. Apedrejado nas ruas de São Francisco, no ano da graça de 1869, por uma multidão de adolescentes e estudantes cristãos.” Em Rock Spring (Estado de Wyoming), brancos atacaram 500 chineses menores de idade durante o verão de 1885, massacrando a sangue frio 28 deles.

Ainda que muito pequeno e esfacelado pela luta interna, o Socialist Labor Party, fundado em 1887, contribuiu para a sindicalização dos trabalhadores estrangeiros. Em Nova York, os socialistas judeus tinham um jornal. Em Chicago, os revolucionários alemães, em colaboração com alguns norte-americanos radicais, fundaram clubes que queriam a revolução social. Em 1883, em Pittsburgh, houve um congresso anarquista. Seu manifesto afirmava: “Todas as leis são contra os trabalhadores. (...) Mesmo a escola só serve para cultivar nos filhos dos ricos a capacidade necessária para a manutenção de sua dominação de classe. Os filhos dos pobres recebem apenas um ensino elementar e formal, desti-

nado, principalmente, a promover os preconceitos, a arrogância e o servilismo, em suma, a mais completa insensibilidade. A Igreja procura, acima de tudo, transformar os indivíduos em perfeitos imbecis e desviá-los da busca do paraíso na Terra em troca de uma imaginária felicidade celeste. Por sua vez, a imprensa capitalista alimenta a confusão dos espíritos no que se refere à vida política. [...] Portanto, em sua luta contra o sistema vigente, os trabalhadores não devem esperar nenhuma ajuda dos agentes capitalistas. Nenhuma classe privilegiada abdicou voluntariamente, em tempo algum, de sua tirania.” Esse manifesto, que também exigia “direitos iguais para todos, sem distinção de sexo ou de raça”, retomava o Manifesto do Partido Comunista: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” Todos esses grupos revolucionários, entre os quais existiam muitas divergências doutrinárias, foram, com frequência, obrigados a se entender por ocasião dos inúmeros conflitos trabalhistas ocorridos na década de 1880.

No início de 1886, a Texas and Pacific Railroad demitiu um dirigente da assembléia local dos Cavaleiros do Trabalho. Iniciou-se, então, uma greve que logo se estendeu a todo o sudoeste dos Estados Unidos, limitando seriamente o tráfego ferroviário até Saint Louis e Kansas City. Nove jovens – recrutados em Nova Orleans para garantirem a manutenção da ordem e a proteção dos bens da companhia – recusaram-se a continuar sua missão. E declararam: “Na condição de seres humanos, não podemos aceitar trabalhar para tirar o pão da boca de outra pessoa, ainda que esse pão nos fosse recusado.” Detidos a pedido da companhia ferroviária por abuso de confiança, foram condenados a três meses de prisão. Os grevistas passaram à sabotagem. Um telegrama vindo de Atchison (Kansas) anunciava: “De manhã, os vigias do Missouri Pacific Railroad foram surpreendidos por cerca de 40 homens mascarados. Em seguida, os vigias foram mantidos afastados por um pequeno grupo de homens armados de pistolas [...], enquanto os outros danificavam seriamente doze locomotivas estacionadas nos hangares.”

Em abril de 1886, uma batalha feroz estourou entre policiais e grevistas nos bairros do leste de Saint Louis, deixando sete mortos entres os manifestantes. Como represália, os grevistas incendiaram os entrepostos da companhia ferroviária Louisville & Nashville. O governador decretou lei marcial e enviou para o local 700 soldados da Guarda Nacional. Submetidos a prisões em massa, à violência dos xerifes e seus auxiliares, abandonados pelos trabalhadores mais qualificados e mais bem pagos das Confrarias dos Ferroviários (Railroad Brotherhoods), os grevistas não puderam agüentar por muito tempo. Desistiram depois de alguns meses de luta. Muitos deles passaram a integrar listas negras.

No dia 1º de maio de 1886, a American Federation of Labor (AFL), fundada cinco anos antes, convocou para uma greve nacional todos os que tivessem a jornada de oito horas recusada. Em Chicago, no Haymarket, um destacamento de policiais avançou para ordenar aos oradores que acabassem com a reunião. O orador respondeu que já estava terminando. Então, uma bomba explodiu no meio dos policiais, deixando 70 feridos, dos quais sete acabaram morrendo. A polícia reagiu atirando na multidão, matando, por sua vez, várias pessoas e deixando 200 feridos.


Foram presos oito dirigentes anarquistas de Chicago. Só um deles estava presente no Haymarket, naquela noite. O júri os julgou culpados e os condenou à morte. Houve manifestações na França, na Holanda, na Rússia, na Itália e na Espanha. Em Londres, George Bernard Shaw, William Moriss e Piotr Kropotkin participaram de uma manifestação de protesto. Shaw reagiu da seguinte maneira ao fato da Suprema Corte de Illinois ter recusado o recurso contra a sentença: “Se o mundo deve, necessariamente, perder oito habitantes, que sejam os oito juízes da Suprema Corte de Illinois.”

Um ano depois desse processo, quatro dos anarquistas condenados – Albert Parsons (tipógrafo), August Spies (tapeceiro), Adolph Fischer e George Engel – foram enforcados. Louis Lingg, um jovem carpinteiro de 21 anos, matou-se em sua cela com uma banana de di-

namite. Os outros três continuaram presos até receber o indulto. Em todo o país, a cada ano, organizaram-se manifestações em memória dos mártires do Haymarket. Bem mais tarde, em 1968, um grupo de jovens radicais explodiu o monumento de Chicago dedicado aos policiais mortos em 1886.

Tradução: Denise Lotito

\*Historiador, autor de Histoire du peuple américain (ed. Agone, Marselha). Em abril de 1980, quando de sua publicação nos Estados Unidos, Le Monde Diplomatique registrou o fato com uma resenha do livro (artigo de Pierre Domergues, “Vers une nouvelle alliance contre les puissants”).

PRESTAÇÃO DE CONTAS		
<div><div>ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 00.767.204/0001-64</div><div>BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2002</div></div>		
RUBRICAS / MESES		
JUN		
ATIVO		
FINANCEIRO		1.971.398,09
DISPONÍVEL		1.722.798,86
CAIXA		236.470,86
BANCOS		7.011,78
APLICAÇÕES ILÍQUIDEZ IMEDIATA		68.408,78
APLICAÇÕES ILÍQUIDEZ LONGO PRAZO		171.060,30
REALIZÁVEL		1.496.328,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO		1.490.678,28
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.490.678,28
CRÉDITOS A REALIZAR		5.851,75
DEVEDORES		0,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		2.949,57
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR		682,84
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS		340,46
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		883,28
ATIVO PERMANENTE		248.599,23
IMOBILIZADO		242.288,86
BENS MÓVEIS		78.618,86
BENS IMÓVEIS		197.187,83
REFORMAS EM ANDAMENTO		45.108,18
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		78.827,00
DIFERIDO		8.313,38
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		9.489,78
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)		3.158,40
PASSIVO		1.908.298,38
PASSIVO FINANCEIRO		18.679,52
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		3.870,49
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS		3.788,58
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		101,80
CRÉDITOS DIVERSOS		0,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		14.809,03
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL		14.809,03
SALDO PATRIMONIAL		1.889.519,86
ATIVO LÍQUIDO REAL		806.950,40
SUPERÁVIT ACUMULADO		1.280.998,46
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES		
JUN		ACUMULADO
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		81.089,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		81.834,97
RECEITAS PATRIMONIAIS		9.286,02
RECEITAS FINANCEIRAS		9.286,02
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		63,61
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		63,61
OUTRAS RECEITAS		184,94
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		70,00
OUTRAS RECEITAS		114,84
DESPESAS		81.784,24
DESPESAS CORRENTES		81.784,24
DESPESAS COM CUSTEIO		31.787,87
DESPESAS COM PESSOAL		13.113,84
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS		7.222,41
DESPESAS DE EXPEDIENTE		8.385,99
DESPESAS COM IMPOSTOS/TAXAS/CONTR. DIVERSOS		549,98
DESPESAS LEGAIS		0,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		745,48
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		1.821,83
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO		412,84
ENCARGOS FINANCEIROS		37,01
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS		28.982,96
DESPESAS COM VEICULAÇÃO		0,00
DESPESAS COM VIAGENS		10.008,25
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS		500,00
DESPESAS C/ATIVID. POLITICO-ASSOCIATIVA		695,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES		17.748,80
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		21.023,62
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES		18.978,49
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT		4.044,13
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		9.305,30
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		63.094,00
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO		
FOLHA 3		
RUBRICAS / MESES		
JUN		ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES		0,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001		0,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		0,00
CONDIÇÕES URBANAS - F.M.E.		0,00
CPMF - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/ESTADIA E HOSPEDAGENS - F.M.E.		0,00
DESPESAS BANCARIAS - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/LOCAÇÕES - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/PASSAGENS - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA - F.M.E.		0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO - F.M.E.		0,00
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS - F.M.E.		0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE - F.M.E.		0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.		0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE - F.M.E.		0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - F.M.E.		0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		(0,98)
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		4,71
RUBENS C. V. WEYNE PRESIDENTE		
NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR - CRC/RJ Nº.14418		

## IRAQUE

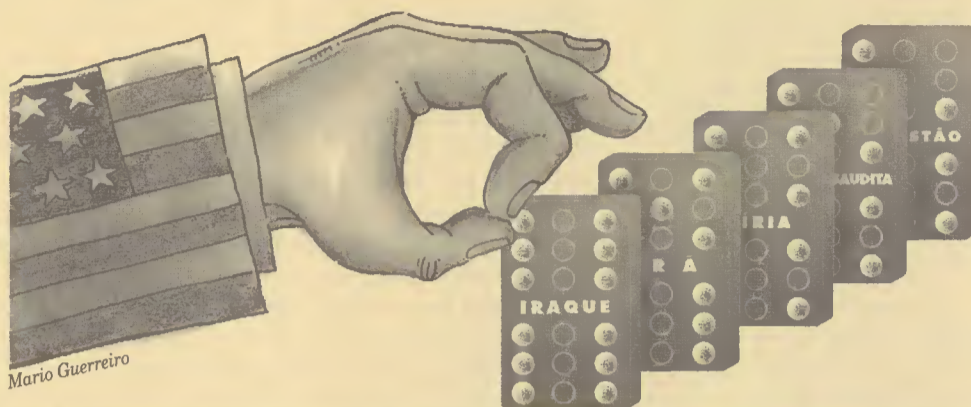
## A primeira peça do dominó

Em artigo no jornal Le Monde, do início do mês, Alain Frachon e Daniel Vernet escrevem sobre o que consideram serem os “reais motivos” para um ataque dos Estados Unidos ao Iraque. Não se trataria apenas de proibir o Iraque de desenvolver armas de destruição maciça. Conforme eles, para muitos ideólogos que atuam na assessoria presidencial estadunidense, “trata-se de fato de um objetivo muito mais vasto, que pode ser resumido na intenção de promover uma redistribuição geral das cartas no Oriente Médio; e de substituir à ‘ordem (ou, melhor dizendo, à desordem) pós-otomana’ – dizem eles – uma nova organização regional fundamentada na democracia e na defesa das liberdades e dos direitos humanos, pelo menos tais como as conhecem os Estados Unidos”.

Os articulistas escrevem que, em relação às motivações americanas para mudar o regime de Bagdá, a ideologia poderia perfeitamente ter a sua importância, tão grande como é a “determinação de esmagar ainda dentro do ovo as tentativas de proliferação nuclear”. Diz o artigo: “George W. Bush está sob a influência de homens que, estejam eles dentro ou fora da administração, são movidos por uma dupla convicção: os EUA foram encarregadas de uma missão quase divina de proselitismo democrático, pelo menos quando isso atende seus interesses; para eles, a utilização de sua formidável máquina de guerra pelos Estados Unidos quando eles estão executando esta missão, é mais do que legítima. Os atentados de 11 de setembro de 2001 e a luta contra o terrorismo, que desde então têm servido de matrizes para a política externa americana, oferecem, assim como chegou a afirmar o próprio presidente Bush, ‘oportunidades’ para fazer avançar a causa da democracia liberal nesta parte do mundo”.

Movida por uma mistura de internacionalismo idealista, o qual é tradicionalmente qualificado de “wilsonismo” (do nome de Thomas Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos de 1913 a 1921), e de Realpolitik fundamentada numa análise muito pragmática dos interesses petroleiros americanos, uma parte dos assessores do presidente Bush está atualmente convencida de que a América precisa proporcionar a salvação democrática para o oriente Médio. O círculo dos intervencionistas acredita que a transformação dessa região do mundo, inclusive por meio da força, é o melhor meio de garantir os interesses americanos. O Iraque seria a chave para essa empreitada de “democratização regional”, o primeiro “dominó” a ser derrubado de maneira a obter conseqüentemente um efeito similar sobre outros países – tais como o Irã, a Síria e a Arábia Saudita. Para alguns intelectuais em Washington, o Iraque equivale ao que eram o Japão e a Alemanha em 1945, sendo um país que, depois da derrota (a de Saddam Hussein), nada mais exigirá a não ser receber uma educação dentro dos princípios da democracia; um país cujas multidões, segundo acredita o vice-presidente Dick Cheney, receberão os soldados americanos de braços abertos.

Conforme o artigo, o pesquisador Robert Kagan, um dos ideólogos do “wilsonismo pragmático e militarista”, escreve: “Os americanos devem ter pleno conhecimento do tipo de missão que eles se preparam para empreender no Iraque. Isso porque, se a administração Bush for séria e determinada, os Estados Unidos estão prestes a optar por um envolvimento de longo prazo no Iraque e no Oriente Médio, o qual será extremamente parecido com o que já fizemos no Japão há meio século. Naquela época, a idéia então não era apenas de se livrar de um poder imperial japonês agressivo; tratava-se de reconstruir a política e a sociedade japonesas, grosso modo, em função do modelo americano”. (...) “Aquilo nada mais era que uma forma de ‘nation building’ (construção de uma nação) em grande escala e sem porta de saída rápida para a América. Quase 60 anos mais tarde, ainda temos tropas americanas estacionadas no Japão”. (...) “Se os Estados Unidos resolverem invadir o Iraque, seria melhor que eles estejam prontos a permanecer neste país durante o tempo que for necessário”.



## Intelectuais lançam manifesto

Mais de 4.000 intelectuais, artistas, acadêmicos e líderes religiosos norte-americanos, entre os quais Gore Vidal, Robert Altman, Susan Sarandon, Kurt Vonnegut, Edward Said, Noam Chomsky, Martin Luther King III e Howard Zinn publicaram um manifesto em que condenam com veemência as políticas adotadas pelo presidente George W. Bush depois dos atentados de 11 de Setembro e a sua intenção de atacar o Iraque. Os signatários do documento afirmam que Bush não fala em nome de todos os cidadãos estadunidenses e convidam o povo a resistir ao belicismo dos atuais ocupantes da Casa Branca. Confira, na íntegra, o texto do manifesto intitulado “Em nosso nome, não”.

**Em nosso nome, não!**

Que não se diga que nos Estados Unidos as pessoas não fizeram nada quando seu governo declarou uma guerra sem limites e instaurou novas medidas repressivas. Os signatários deste manifesto convidam a população estadunidense a resistir às políticas e às diretrizes gerais que emergiram após o 11 de setembro e que põem em grave perigo os povos do mundo.

Acreditamos que as pessoas e as nações têm direito a determinar seu próprio destino, livres de qualquer coerção militar das grandes potências. Acreditamos que todas as pessoas detidas ou perseguidas pelo governo dos Estados Unidos devem ter os mesmos direitos. Acreditamos que propor perguntas, criticar e divergir são atitudes que devem ser valorizadas e protegidas.

Acreditamos que as pessoas com consciência devem assumir a responsabilidade pelas ações de seus governos e, sobretudo, devemos nos opor às injustiças cometidas em nosso nome. Convidamos a todos os estadunidenses a resistir frente à guerra e à repressão que foram lançados sobre o mundo pela administração Bush. É injusta, imoral e ilegítima. Decidamos fazer dessa luta uma causa comum dos povos do mundo.

Também olhamos com angústia os terríveis acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Nós também choramos as milhares de vítimas inocentes e nos horrorizamos com a terrível carnificina, que nos trouxe à memória cenas similares em Bagdá, Panamá ou, há uma geração, no Vietnã. Nós também nos perguntamos, como milhões de estadunidenses, como é possível que algo assim tenha ocorrido. Mas enquanto a dor estava apenas no começo, as mais altas instâncias desencadearam seu espírito de vingança. Eles cunharam uma consigna simplista: “os bons contra os maus”, que imediatamente foi adotada por alguns meios de comunicação submissos e acovardados. Nos disseram que o mero fato de colocar perguntas sobre esses terríveis acontecimentos beirava a traição. Não devia haver debate algum. Não haveria lugar para dúvidas éticas ou políticas. A única resposta possível era a guerra no exterior e a repressão dentro de casa.

Em nosso nome, a administração Bush, com a quase unanimidade do Congresso, atacou o Afeganistão e se arrogou, junto com seus aliados, o direito de destruir forças militares em qualquer lugar e momento. As brutais repercussões se fizeram sentir das Filipinas à Palestina, onde os tanques e os soldados israelenses traçaram um terrível caminho de morte e destruição. E o governo se dispõe agora a empreender uma guerra total contra o Iraque, um país que não tem nenhuma relação com os fatos de 11 de setembro. Que classe de mundo será este caso se permita ao governo dos Estados Unidos lançar comandos, assassinos e bombas onde quer que julgue ser o caso? Em nosso nome, o governo criou nos Estados Unidos duas classes de cidadãos: aqueles aos quais ao menos se promete os direitos básicos dos sistema legislativo e aqueles que agora parecem não ter direito algum. O governo prendeu mais de mil imigrantes e os encarcerou em segredo e sem limite de tempo. Centenas de pessoas foram deportadas e centenas seguem presas. Pela primeira vez em décadas, os procedimentos de imigração submetem determinadas nacionalidades a um tratamento desigual (...)

Demasiadas vezes na história, as pessoas esperaram para resistir até quando já era tarde demais. O presidente Bush declarou: “ou estão com nós, ou contra nós”. Esta é a nossa resposta: nos negamos a que fale em nome de todos os estadunidenses. Não entregaremos nossas consciências em troca de uma duvidosa promessa de segurança. Dizemos NÃO em NOSSO nome. Nos negamos a ser parte dessas guerras e rechaçamos todas as ações empreendidas em nosso nome ou por nosso bem-estar. Estendemos a mão a aqueles que sofrem no mundo em conseqüência dessas decisões.

Mostramos nossa solidariedade com as palavras e com a ação. Os signatários desse manifesto convidam todos os estadunidenses a unirem-se a esse desafio. Aplaudimos e apoiamos as propostas em curso neste sentido, ao mesmo tempo que reconhecemos a exigência de fazer muito mais para por um fim a essa loucura. Nos inspiramos na decisão dos reservistas israelenses que, assumindo um risco pessoal, declararam que há um limite e se negaram a servir em Gaza e nos territórios ocupados. Inspiram-nos os numerosos exemplos de resistência e de consciência que nos oferece a história dos Estados Unidos: desde os que combateram a escravidão até os que puseram fim à guerra do Vietnã descumprindo ordens, negando-se a alistar-se e apoiando os que resistiam. Não permitamos que o mundo que hoje nos contempla se desespere por nosso silêncio e nossa incapacidade de ação. Façamos com que o mundo possa sentir nosso compromisso. Resistiremos frente à máquina de guerra e à repressão e faremos tudo o que for possível para detê-la.

Tradução: Marco Aurélio Weissheimer



## DEMOCRATIZAÇÃO

# “Tecnologia digital vai revolucionar a TV”

**E**m pauta desde 1994, a adesão do Brasil à tecnologia da televisão digital começa agora a ganhar contornos definitivos. A possibilidade de democratização da mídia eletrônica que esta tecnologia apresenta e a realização de pesquisas que permitiriam ao país possuir uma plataforma própria para a implementação da TV digital foram as questões debatidas no dia 31 de agosto, quando aconteceu o Seminário TV Digital e a Democratização da Comunicação: O que o movimento social tem a ver com isso?, promovido pelo Comitê pela Democratização da Comunicação do RS, no Sindisprev. O jornalista e diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas, Daniel Herz, abordou o processo de implementação da tecnologia digital nos meios de comunicação eletrônicos no Brasil.

No Seminário, Daniel Herz tratou da necessidade de democratização da comunicação. A concentração da propriedade dos meios de comunicação atingiu níveis tão altos quanto os de renda no Brasil. São seis grupos privados que, sozinhos, possuem as concessões de 47 emissoras de TV VHF. Pode até não parecer muito, mas por meio de 138 afiliadas, entretanto, esses grupos somam 294 emissoras.

Consórcios de indústrias dos EUA, da Europa, do Japão e o governo da China estão de olho no mercado brasileiro. Depois de investirem alguns bilhões de dólares em seus projetos de plataformas para a instalação da tecnologia digital, querem retorno. O que só acontece criando o que os economistas chamam de “escala de mercado”. Com 54 milhões de televisores prestes a ficarem obsoletos, o Brasil se transformou em uma questão de honra comercial. Os sistemas não possuem grandes diferenças em termos de tecnologia. A opção do Brasil por um ou outro é estritamente política.

O que torna a disputa acirrada é que a adesão a alguma dessas plataformas acaba sendo um alinhamento geopolítico a blocos econômicos que estão em franca disputa dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a Alca no seu encalço, o Brasil não ficará impune se flertar com comunidades rivais dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a adoção de um pa-

drão que possui equipamentos similares produzidos no exterior pode significar uma avalanche de importações dificilmente suportada pelo mercado nacional.

O sistema norte-americano vinha sendo defendido como o de melhor aplicabilidade à realidade brasileira. Em meados de 2000, a filial brasileira da LG em Manaus chegou a dizer que, se o padrão escolhido não fosse o estadunidense, deslocaria sua base de exportação para o México. O que refreou este clima foi o relatório realizado pelo grupo SET/Abert. Divulgado e entregue à Anatel, foi a grande surpresa em relação à televisão digital. Os testes demonstraram que o padrão ATSC – o norte-americano – era o menos preparado para a realidade brasileira. E recomendou para o país a adoção do padrão japonês – ISDB. Como a maioria dos países não havia desenvolvido comparação semelhante entre os três padrões, o relatório brasileiro passou a servir de referência para outros países, como a Argentina, que havia optado pelo padrão norte-americano em 98 sem nenhum tipo de teste, e voltou atrás decidindo esperar para fazer a escolha.

### Brasil tem alternativa própria

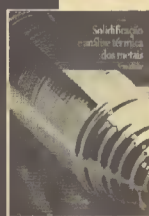
A boa notícia é que pesquisadores do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo garantem que no prazo médio de um ano o País teria como colocar o seu próprio padrão na rua. A questão é simples. Por que importar tecnologia se existe a chance de produzi-la aqui? “Técnicamente falando, somos capazes de ingressar neste mercado utilizando tecnologia brasileira”, afirma Marcelo Zuffo, professor do Laboratório. E é justamente a criação de uma plataforma própria que apavora o mercado de uma forma geral.

Caso o país despreze esta contribuição da Escola Politécnica, pela simples falta de renda e dificuldades de acesso ao crédito, ficará a mercê da importação de tecnologia de alguma dessas outras plataformas já existentes. Além disso, sem um debate público nacional, os diversos canais de TV que surgirão no processo de digitalização da mídia eletrônica poderão acabar todos nas mãos da mesma meia dúzia de donos da mídia que já bem conhecemos.



Artes de Hais e Edgar Vasquez / Reprodução cartilha “TV Digital e a Democratização da Comunicação”

## ORELHA



### Solidificação e análise térmica dos metais

Arno Müller

Apresenta os fundamentos da Teoria da Solidificação dos Metais e exemplos de como pode ser feito o tratamento matemático da informação necessária para o controle do processo industrial de fundição dos metais, via análise térmica. Rico em ilustrações, mostra como a análise térmica se transformou no instrumento mais importante de diálogo entre a máquina e a produção de bens com qualidade assegurada. Editora da Universidade. 280 p. Ilustrado.



### América Latina: territorialidade e práticas artísticas

Maria Amélia Bulhões e Maria Lúcia Bastos Kern (Orgs.)

Analisa a questão da territorialidade, como espaço de práticas culturais, nas quais se criam mecanismos identitários de representação a partir da memória coletiva, das suas singularidades culturais e paisagens. A territorialidade seria assim resultante da unidade fictícia, em detrimento das diferenças internas, porém evocando sempre a distinção em relação às outras territorialidades. Editora da Universidade. 192 p.




### Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil (Alers)

Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen (Orgs.)


É hoje o único atlas lingüístico brasileiro a abranger mais de um Estado federativo, fato que lhe confere a possibilidade de delimitar áreas lingüísticas para além dos limites políticos interestaduais. Co-edição UFRGS, UFSC e UFPR. Volume 1: Introdução, 116 páginas, 2002. Volume 2: Cartas fonéticas e morfossintáticas. 430 p.

## WWW

### Software Livre

 [www.gnu.org/home.pt.html](http://www.gnu.org/home.pt.html)  
O projeto GNU foi lançado em 1984 para desenvolver um sistema operacional completo e livre. Site com informações sobre software livre.

### Hugo Chávez

 [www.venezuela.gov.ve](http://www.venezuela.gov.ve)  
Site do governo venezuelano que transmite ao vivo os programas "Fala Presidente", com Hugo Chávez

# “Não há informação isenta na Colômbia ou na Venezuela”

**O jornalista alemão Gerhard Dilger, 43, é, desde 1998, correspondente na América Latina dos jornais alemães Die Tageszeitung e Evangelischis Pressedienst. Atraído pelas experiências sociais das administrações petistas e do Fórum Social Mundial, mora hoje em Porto Alegre. Antes, esteve na Colômbia de 1992 a 1997, onde trabalhou como repórter, além de ter sido correspondente do jornal colombiano El Tiempo, na Alemanha. Recentemente, Dilger passou o mês de agosto entre a Colômbia e a Venezuela. Em Bogotá, acompanhou a tumultuada posse do presidente Álvaro Uribe, que teve um saldo de 16 mortos. Na Venezuela, observou aspectos da Revolução Bolivariana colocada em prática pelo governo de Hugo Chávez, quem, para Dilger, é um contraditório “caudilho de esquerda”.**

Jéferson Assunção



Fabrizia Osanai

**Dilger:** “os ataques, com 16 mortos, foram um presente para Álvaro Uribe”

**AD** verso - **Estava muito tenso o clima em Bogotá no dia da posse de Álvaro Uribe?**

**Gerhard Dilger** - Tinha helicópteros norte-americanos, aviões Mirage, muitos soldados e policiais colombianos em Bogotá. Também rumores de eventuais atentados, que me pareceram exagerados, como a história de um avião que cairia no Congresso. Isso era divulgado pelo Exército e o pessoal do serviço secreto. Acho que foi uma coisa inventada, uma montagem. Às três horas, eu estava perto do Palácio, ouvimos um barulho e ficamos sabendo que havia sido bombas, ataques de morteiros no palácio e tal. O maior deles entrou em uma favela perto do palácio e matou 16 pessoas. A maioria indigentes. Até se pensou que isso fosse o que, na Colômbia, se chama de “limpeza social”, que são os esquadrões da morte que matam indigentes, pobres.

**Adverso - Então poderiam ser ataques de esquadrões da morte?**

**Dilger** - Extra-oficialmente, sim. Falei com gente que pensava isso. Evidentemente que foi um ato de terrorismo e sempre quando acontecem esses atos, em qualquer lugar, se pensa muito em idéias de conspiração. O efeito é uma sensação de incerteza e medo na população e isso é o ideal para justificar medidas de corte autoritário e até repressivo. Foi o que aconteceu no dia seguinte pelo governo recém empossado.

**Adverso - E esses morteiros teriam sido disparados por quem?**

**Dilger** - A versão divulgada é de que foram disparados pelas Farc, que a tecnologia desses morteiros teria sido fornecida pelo IRA. É possível, mas também, naquele momento, a pergunta era “para quem esses ataques eram bons, politicamente?” Evidentemente que foram um presente, como o 11 de setembro foi um presente para o Bush. Esses ataques foram um presente para o Álvaro Uribe, que podia justificar as medidas que iria tomar no dia seguinte. Às seis da manhã ele já estava na costa do Atlântico, no Caribe, para introduzir um de seus programas anunciados, chamado de “Um milhão de amigos”, com espões recrutados entre campesinos como informantes. É a idéia de pagar menos de um salário mínimo por informações. Eles fariam parte da polícia.

**Adverso - É a formação de mais um exército paramilitar, então?**

**Dilger** - Essa é a crítica das organizações dos direitos humanos, de que poderia ser o núcleo de outro exército paramilitar.

**Adverso - Qual é a opinião da população em relação a este programa?**

**Dilger** - O problema é que Uribe ainda está na lua-de-mel com o eleitorado. Ele ganhou as eleições no primeiro turno, com 53%, com grande apoio, o que na minha

maneira de ver é resultado do cansaço das pessoas com a guerra, com as políticas das Farc e do fracasso da política do predecessor, Andrés Pastrana. Ele apareceu como um político fraco, que não foi capaz de controlar, nem de fazer a paz nem de avançar contra a guerrilha. Então, agora, vem este ataque que supostamente é atribuído às Farc e que parece ter sido mesmo... Aí entra exatamente a questão do papel da imprensa, que é um grande problema tanto na Colômbia quanto na Venezuela. Porque lá não existe uma imprensa independente, evidentemente, e não existem correspondentes de guerra sérios, tudo é controlado. O problema é que a mídia está completamente controlada pela burguesia. Só tem um jornal grande em Bogotá: El Tiempo. O outro, El Espectador, está com problemas financeiros e agora só sai aos domingos. E El Tiempo é o porta-voz da classe dirigente. Então, você não pode esperar informação objetiva do conflito. As informações publicadas da guerrilha são partes de guerra interessados e que publicam a verdade deles. Assim, é impossível de se ter jornalismo independente. Além disso, a maior parte dos jornalistas mortos no mundo são colombianos.

**“A vitória de Lula daria muita coragem, como o sucesso de Evo Morales na Bolívia”**

**Adverso - Você esteve na Venezuela, também. Como estão as coisas lá?**

**Dilger** - Eu tinha muita curiosidade de fazer uma observação mais direta da chamada Revolução Bolivariana, que só acompanhava de longe. Queria conhecer essa figura do Hugo Chávez. Isso tudo é muito importante porque são um processo e um político que despertam muitas esperanças também na esquerda latino-americana e em outras partes, dentro do movimento antiglobalização. A situação lá é mais complicada e não é fácil de resumir em poucas palavras. Está claro que a Revolução Bolivariana é uma tentativa de criar um projeto diferente, sobretudo no plano político. Hugo Chávez foi eleito com 56% em 1998, no ano 2000, ele foi confirmado com 59%. É uma pessoa muito carismática que representa ainda hoje a esperança para muitos pobres, que são a grande maioria da população. Por outro lado, ele foi pára-quedista, ele vem da tradição dos militares progressistas, que também existe em outros países como o Peru e Panamá. E o triunfo dele se deve muito ao fracasso completo dos partidos tradicionais, que estavam no poder desde 1958. Lá, assisti a um de seus programas Alô, Presidente, que é dominical e é sobretudo um espetáculo. É como um ritual,

de rádio e tevê. Eles montam cada domingo em partes diferentes da Venezuela um estúdio improvisado e ele conta o que fez na semana que passou, de uma maneira muito pausada. Não é um discurso, como eu imaginava antes, eleitoral. É uma coisa que ele conta e seu monólogo é interrompido de vez em quando por chamadas do Alô, Presidente, selecionadas, de humoristas ou uns estrangeiros. Ele também leva para lá parte de seu gabinete e dialoga com eles, que contam as obras que fizeram e os programas que estão lançando etc.

**Adverso - Também é um contraponto à grande imprensa...**

**Dilger** - Sim, faz um contraponto à grande imprensa. A mídia na Venezuela é muito diferente de todos os países latino-americanos. Porque todos os jornais diários, menos um, estão todos controlados pela oposição ao Chávez, ou seja, pela burguesia, como aqui o conflito entre a imprensa e o governo do PT, mas multiplicado por cem, num tom muito mais agressivo de lado a lado, com ataques até físicos de chavistas a jornalistas. E um jornalismo nem sempre muito ético, com calúnias. Mas também não é só propaganda porque essa mídia ao meu ver cumpre um papel muito importante, de controle do que é potencialmente autoritário. O Chávez é um cara militar, um caudilho. Para mim é um caudilho da esquerda, o que já é uma contradição em termos. A Constituição fala de participação, de democracia participativa, mas de fato é muita retórica e pouca realidade. É muito evidente que a maior parte do programa progressista de Chávez fica na retórica. Na realidade, o governo não conseguiu aproveitar a alta no preço do petróleo, que foi bastante forte em 99, quando ele assumiu e, em termos econômicos, os índices estão piorando, com uma crise geral. Também se deve discutir se esta crise se deve a condições gerais, macroeconômicas.

**Adverso - Como está o interesse nesses países em relação às eleições no Brasil?**

**Dilger** - Sobre Lula, há muito interesse tanto na Colômbia quanto na Venezuela como em outros países. O Lula é uma esperança para os latino-americanos. Muitos me perguntaram sobre o Lula, sobre as mudanças que poderiam se passar no Brasil... É um pouco como o Chávez. De longe parece como uma figura só positiva. Para fora, a vitória do Lula daria muita coragem, como o sucesso de Evo Morales na Bolívia foi estimulante para a esquerda no Brasil, Argentina e Colômbia. Com certeza uma vitória do Lula poderia dar muita força à esquerda de outros países também. Acho que os anos que vamos viver agora são uma encruzilhada, muito interessantes e com muitas possibilidades de mudanças e de resistência ao modelo neoliberal que está evidentemente em crise como estão admitindo seus próprios porta-vozes.